

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADE - CH
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS - DEF

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES DA PARAIBA
Setor de Doc. e História Regional
CAMPINA GRANDE - PB.

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DO CURSO DE
BACHARELADO EM ECONOMIA

TEMA : O PAPEL DA BOLSA DE MERCADORIAS DA
PARAIBA NO PROCESSO DE COMERCIALI-
ZAÇÃO DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS AGRÍ-
COLAS.

ALUNA : MÁRCIA EUGÊNIA DE SOUZA PINTO

ORIENTADOR: CONSTANTINO SOARES SOUTO

CAMPINA GRANDE - PB.
MARÇO - 1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II

CENTRO DE HUMANIDADES - CH

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS - DEF

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DO CURSO DE
ECONOMIA

TEMA: "O PAPEL DA BOLSA DE MERCADORIAS DA
PARAÍBA NO PROCESSO DE COMERCIALIZA-
ÇÃO DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS AGRÍCOLAS

ALUNA: MÁRCIA EUGÊNIA DE SOUZA PINTO

ORIENTADOR: CONSTANTINO SOARES SOUTO

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

MARÇO - 1990



Biblioteca Setorial do CDSA. Janeiro de 2023.

Sumé - PB

AGRADECIMENTOS

A DEUS por ter ^{me} dado ~~de~~ forças
para continuar.

E a todos que tornaram possí-
vel a realização deste tra-
balho.

SUMÁRIO

	PÁG
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I. Considerações teóricas sobre a posição do Capital Comercial no desenvolvimento do Capital Industrial.....	02
I.1. O Capital aplicado no Comércio de Mercadorias	02
I.1.2. Lucro apropriado com a aplicação do Capital comercial	05
I.2. Relação entre valor, preço de produção e preço de mercade	08
2.1 Preço de Produção	08
2.2 Preço de Mercado	09
2.3 Relação entre Preço de Produção e Preço de Mercado...	11
CAPÍTULO II. Aplicação de capital comercial na comercialização de produtos agrícolas no Brasil	13
II.1 - As formas de comercialização da Agricultura Brasileira	13
1.1 O sistema de comercialização nas áreas atrasadas...	16
1.2 O sistema de comercialização nas áreas avançadas....	19
1.3 A comercialização na Paraíba	21
1.4 Conclusão do Capítulo	25
CAPÍTULO III. As Bolsas de Mercadorias	26
III.1 A função da Bolsa de Mercadorias no processo de comercialização	26

III.2 A Bolsa de Mercadorias da Paraíba 30

CONCLUSÃO 38

BIBLIOGRAFIA

I N T R O D U Ç Ã O

O presente estudo tem como objetivo, tratar do papel que a Bolsa de Mercadorias da Paraíba, teria dentro do processo de comercialização agrícola; trazendo ao conhecimento de todos a forma como este órgão tem atuado, no decorrer destes 15 anos de funcionamento, se de certa forma aquele órgão vem cumprindo os objetivos propostos quando de sua criação.

O ponto de partida para este estudo é a análise sobre a aplicação do capital no comércio de mercadorias e a forma como lucro do capital comercial é apropriado, feito isto, passa-se a analisar como este capital comercial é aplicado na comercialização agrícola brasileira e para a realização desta análise, investiga-se o sistema de comercialização no Brasil, onde este encontra-se dividido entre áreas avançadas e atrasadas.

Posteriormente, a esta análise, concentra-se o estudo na forma de comercialização na Paraíba, situando esta dentro do sistema de comercialização das áreas atrasadas onde existe a presença marcante das intermediárias e onde a produção encontra-se extremamente atomizada, decorrendo assim deste fato, a necessidade de um grande número de intermediários para efetuarem a distribuição do produto.

É neste momento em que se discute a atuação das Bolsas de Mercadorias, particularmente a Bolsa de Mercadorias da Paraíba, analisando-se a função que esta deveria exercer dentro do processo de comercialização, no que se refere a diminuição do número de intermediárias e a especulação comercial de maneira a realizar o processo de realização da mais-valia e conseqüentemente por mais capital a disposição do setor de produção.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A POSIÇÃO DO CAPITAL NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INDUSTRIAL.

I.1 - O capital aplicado no Comércio de Mercadorias. (+)

O capital global da sociedade, encontra-se sempre sob a forma : de mercadoria no mercado para passar o dinheiro, e dinheiro no mercado, cuja função é passar a mercadoria. A função do capital global é empenhar-se nesta metamorfose (M-D-M) ; na medida em que esta função do capital passa a ser autonomizada como função específica de um capital, o capital-mercadoria torna-se capital comercial, o qual por sua vez divide-se em capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro.

O capital sob a forma de capital-mercadoria e a metamorfose que o mesmo realiza na esfera de circulação, compõem uma fase do processo de reprodução de capital industrial, mas ao mesmo tempo nesta sua função de capital de circulação se diferencia de si mesmo como capital produtivo.

O capital de comércio de mercadorias é a forma transformada de parte do capital de circulação, presente no processo de metamorfose e sempre envolvido pela esfera de circulação.

Ten-se que o comerciante de mercadorias surge no mercado com uma quantia em dinheiro, a qual o mesmo adianta na aquisição de mercadorias, uma vez que não as produz, com o objetivo de transformar X em $X + \Delta X$, isto é acrescer ao valor adiantado o lucro, e isto o comerciante obtém à medida que vende as mercadorias adquiridas pelo mesmo, de quem as produz.

Desta forma, passa a ser operação exclusiva do comerciante de mercadorias, transformar em dinheiro, o capital-merca-

(+) Esta análise é uma síntese do Cap. ... da autoria de Karl MARX - -

doria do produtor, onde o comerciante compra as mercadorias para vendê-las posteriormente.

Na medida em que os comerciantes se responsabilizam com a comercialização das mercadorias, os produtores poupam tempo na venda, o qual, os mesmos podem empregar na supervisão do processo produtivo, e quanto ao comerciante, este fica incumbido de empregar todo seu tempo na comercialização das mercadorias.

Caso o capital comercial exerça suas funções específicas pode-se supor:

a) que devido a divisão do trabalho, o capital que se ocupa exclusivamente com a comercialização, seja menor do que seria se o capitalista industrial tivesse que realizar a parte comercial de seu negócio.

b) que devido ao fato de o comerciante ocupar-se exclusivamente com a comercialização, tanto a mercadoria transforma-se mais cedo em dinheiro para o produtor como também o próprio capital mercadoria completa mais rapidamente sua metamorfose do que faria se fosse realizado nas mãos do produtor.

c) que se considerasse o capital global com relação ao capital industrial, uma rotação de capital comercial representa a rotação de muitos capitais de uma mesma esfera como de diferentes esferas de produção.

Desta forma, se tem que a rotação do capital comercial é igual a soma das rotações de um certo número de capitais tanto da mesma, como de diferentes esferas de produção.

Tem-se que, quanto mais rápido for a rotação do capital comercial menor será a parte do capital monetário que figura como capital-comercial, e essa parte aumentará a medida que a rotação

de capital-comercial for menor. Quanto menos desenvolvida for a produção maior será a soma de capital-comercial em relação à quantidade de mercadorias postas em circulação, e quanto mais desenvolvida for a produção menor será a soma de capital-comercial.

A velocidade de circulação do capital-monetário adiantado pelo comerciante depende :

- 1) da velocidade de renovação do processo produtivo, e do encaixe dos diferentes processos de produção.
- 2) da velocidade do consumo

Observa-se que, não é necessário o capital-comercial efetuar esta dupla rotação, comprando e vendendo posteriormente as mercadorias, pois o comerciante efetua simultaneamente estes dois movimentos. Desta forma, o capital-comercial divide-se em duas partes, uma que é o capital-mercadoria e a outra que consiste no capital-monetário, como afirma Marx, no trecho abaixo :

"... O comerciante efetua simultaneamente os dois movimentos. Seu capital divide-se então em duas partes. Uma consiste em capital-mercadoria e a outra em capital-monetário. Ele compra aqui e com isso, transforma seu dinheiro em mercadoria. Vende acolá e, com isso transforma outra parte de capital-mercadoria em dinheiro¹".

O capital comercial, trata-se apenas de capital funcionando de dentro da esfera de circulação, a qual consiste numa fase do processo global de produção, não produzindo assim valor, portanto não produzindo mais-valia ; isto é não produzindo nem valor, nem mais-valia pelo menos diretamente, pois a medida que o mesmo con --

tribui para encurtar o tempo de circulação contribui também de forma indireta para aumentar a mais-valia produzida pelo capitalista industrial.

Tem-se que, a medida que o capital-comercial contribui na ampliação do mercado e na divisão do trabalho entre os capitais, capacita o capital a produzir mais, promovendo assim, a produtividade e acunulação de capital industrial.

I.1.2 Lucro Apropriado com a aplicação do Capital Comercial.

De acordo com o que foi visto, se tem que o capital-comercio de mercadorias não produz mais-valia, apenas medeia a realização desta.

Desta forma, se tem que a mais-valia que cabe ao capital-comercial sob a forma de lucro médio, provém de parte da mais-valorada pelo capital produtivo global.

A questão a destacar é como o capital-comercial apodeira-se de parte da mais-valia do capital produtivo ?

Tem-se que o lucro do comerciante só pode ser tirado dos preços das mercadorias vendidas pelo, e este lucro deve ser igual a diferença entre o preço de compra e o preço de venda.

Mas, a medida que se investiga com mais detalhe se vê que o lucro comercial não acontece desta forma.

Partindo-se da suposição de que o comerciante só pode realizar seu lucro em torno de 10% sobre suas mercadorias, isto é vendendo-as um pouco acima de seus preços de produção, isto é igual seu valor.

O preço de produção, o qual foi pago pelo comerciante, representa para este o preço de custo, portanto o excedente de seu preço de venda sobre o seu preço de compra, constitui a fonte de seu lucro, assim se tem que em última instância o comerciante

tem que vender todas as mercadorias acima de seu valor.

Mas, mesmo assim, o comerciante não vende as mercadorias acima de seu valor ou não acima de seu preço de produção, isto porque aquele comprou as mercadorias abaixo de seu valor ou abaixo de seu preço de produção ao capitalista industrial. Verifica-se que o preço de produção ou o preço pelo qual o capitalista industrial vende suas mercadorias é inferior ao preço real de produção das mesmas, se considerarmos a totalidade das mercadorias, então os preços pelos quais a classe capitalista industrial as vende ao capitalista de comércio, são inferiores aos seus valores.

Desta maneira, o lucro e lucro do capitalista industrial é igual ao excedente do preço de produção sobre o preço de custo, enquanto que o lucro comercial é igual ao excedente de preço de venda sobre o preço de produção da mercadoria, é qual para o comerciante é o preço de compra. Onde o preço real das mercadorias consiste no preço de produção mais o lucro comercial.

Tem-se assim que, o preço de venda do comerciante está acima do preço de compra, isto pelo fato deste está abaixo do seu valor total.

Quando passamos a analisar a situação dos trabalhadores de comércio, observa-se que os mesmos, da mesma forma que os comerciantes não produzem mais-valia.

Observa-se que os comerciários não produzem mais-valia, mas o preço de seu trabalho é determinado pelo valor de sua força de trabalho enquanto tensão, desgaste dispendio de força como qualquer outro trabalho, não sendo de maneira nenhuma limitado pelo valor de sua força de trabalho.

Desta forma, o salário do comerciário não possui nenhuma relação necessária com a massa de lucro que aquele ajuda ao capi-

talista a realizar. Havendo desta forma, diferenças de grandezas entre o que o comerciário custa e o que o mesmo rende ao comerciante.

O comerciário rende ao comerciante não por produzir diretamente mais-valia, mas por ajudá-lo na diminuição dos custos da realização da mais-valia, à medida que ele executa trabalho em parte não-pago.

1.2 - RELAÇÃO ENTRE VALOR PREÇO DE PRODUÇÃO E PREÇO DO MERCADO

De acordo com Marx, dentro da Sociedade Capitalista as mercadorias são vendidas, não pelos preços de produção, mas pelos preços de mercado, o qual se forma como resultado da ação da oferta e demanda dos produtos.

Desta maneira se tem que os preços de mercado não resultam da atividade isolada dos indivíduos, mas da força social que estes em conjunto representam.

Portanto, para explicar-se os preços das mercadorias torna-se necessário fazer-se esta relação entre Preço de Produção e preço de mercado.

2.1 - Preço de Produção

O preço de produção, de acordo com Marx, obtém-se por meio da soma da média das diferentes quotas de lucro dos vários setores produtivos, com os custos de produção destes respectivos setores.

Tem-se que os preços de produção podem ser inferiores ou superiores ao valor e raramente coincidem com este. Os preços de produção são superiores ao valor nos setores em que a composição orgânica do capital é elevada, e são inferiores ao valor nos setores em que a composição orgânica do capital é baixa.

O preço de produção nega o valor e, em consequência, o contradiz, mas ao mesmo tempo, o pressupõe, e regula constituindo assim a forma transfigurada do valor.

Observa-se que qualitativamente, o preço de produção é a forma transfigurada da expressão do valor, e quantitativamente, nas distintas esferas de produção o preço de produção pode ser superior ou inferior ao valor, coincidindo com relação à massa te-

tal de mercadorias e em relação aquelas mercadorias produzidas por capitais cuja composição orgânica é a média de todo o capital social.

A contradição existente entre o valor e preço de produção, é da mesma natureza das demais contradições de capitalismo, como por exemplo a mercadoria que encerra em si a contradição interna, valor de uso e valor que se excluem um ao outro, ao mesmo tempo, o valor de uso é portador material de valor e este resulta daquele.

O preço de produção é constituído pelo lucro médio e pelos custos de produção. Tem-se que o lucro médio é uma magnitude exatamente determinada e igual a toda a mais-valia social dividida entre todo o capital social.

Já os custos de produção são compostos pelos salários e pelo capital desembolsado para os meios de produção gastos.

Os salários se caracterizam qualitativamente como a forma transfigurada do valor da força de trabalho, e quantitativamente se determinam pela magnitude do valor da força de trabalho, e em última instância, com a magnitude do valor das mercadorias, as quais constituem objetos de consumo dos trabalhadores.

O que se refere aos meios de produção consumidos, estes representam, em qualidade de fator de formação de preço de produto acabado, a soma dos preços de produção, da matéria prima, dos combustíveis, instrumentos de trabalho etc.

2.2 - Preço de Mercado.

Os preços de mercado, dentro da Sociedade Capitalista, se estabelecem a partir da ação da oferta e da demanda.

De acordo com Marx, é a partir da ação destes dois fatores que se determina o preço de mercado, e qualquer variação que

ocorra com aqueles, poderá aumentar ou diminuir este, como afirma Marx, no trecho abaixo :

"... Se, por exemplo, diminuir a procura, e por conseguinte, o preço de mercado, isso pode levar a uma retirada de capital e, assim, a uma diminuição da oferta.

Mas, pode levar também a uma queda do próprio valor de mercado, por meio de invenções que reduzem o tempo de trabalho necessário igualando-o assim ao preço de mercado. Inversamente : Se aumenta a procura e, por conseguinte, o preço de mercado caia abaixo do valor de mercado, ou por outro lado, isso pode levar a elevação de preço que faz com que a própria procura retroceda".

Desta forma, pode-se observar que, quando a oferta de determinada mercadoria no mercado é maior que a procura da mesma, o preço de mercado tende a cair, com esta levada ao preço de mercado há uma tendência dos capitalistas retirarem capitais do ramo de produção da referida mercadoria, o que por sua vez conduz a uma diminuição na oferta da mesma. Mas, esta situação pode conduzir também a uma queda de valor de mercado (o qual é determinado pelas condições médias de produção) por intermédio de invenções que reduzem o tempo de trabalho, igualando o valor de mercado ao preço de mercado.

Ocorre o processo inverso, quando a oferta é menor que a procura, levando isto a acontecer o preço de mercado sobe, e com esta elevação do preço de mercado há uma tendência por parte dos capitalistas de investirem neste ramo produtivo, podendo fazê-lo em excesso, aumentando a produção de forma que conduza o preço de mercado abaixo do valor de mercado ou podendo levar também esta situação a uma elevação do preço, o que faz com que a procura diminua.

2.3 - Relação entre o preço de produção e preço de mercado.

Na superfície da Sociedade Capitalista encontra-se nos preços de mercado, a expressão flutuante das mercadorias em quantidades determinadas de dinheiro. Uma mesma mercadoria em um mesmo mercado, tem um preço que se forma neste como resultado da ação de todos os compradores e vendedores, isto é como resultado da ação da oferta e da demanda.

Os preços de mercado não resultam da atividade de indivíduos isolados, mas da força social que estes juntos representam.

Tem-se que diante da elevação da demanda sobre a oferta, os compradores se pressionam, contribuindo desta forma para que os preços aumentem. No momento em que há o aumento da oferta sobre a demanda os vendedores se pressionam fazendo com que os preços baixem.

Desta forma, os preços de mercado se encontram em movimento flutuante e ininterrupto de acordo com a oferta e demanda, e isto por sua vez está condicionado pelo caráter da produção e do consumo do sistema mercantil capitalista. As flutuações dos preços de mercado se desenvolvem em torno de um centro determinado, e qual não pode ser extraído da oferta e demanda, estas só atuam quando não se cobrem mutuamente, e desta forma há uma separação dos preços da média.

Quando uma cobre a outra, deixando de atuar, é impossível explicar o ponto central da correlação entre a oferta e demanda.

Tem-se que o ponto central em torno de qual flutuam os preços de mercado numa economia mercantil simples é o valor, e

numa economia capitalista é o preço de produção. A transformação do valor em preço de produção se desenvolve na medida em que a economia mercantil simples transforma-se em capitalista. O valor desenvolve-se interiormente e converte-se em valor de mercado, pois este desenvolvimento do valor se realiza no preço de produção. Este processo é bilateral: seu segundo aspecto está constituído pela transformação de lucro em lucro médio..

Qualitativamente, o preço de produção é a forma transfigurada do valor, e quantitativamente só coincide em:

- a) com relação a toda massa de mercadorias de todas as esferas produtivas.
- b) com relação às mercadorias daqueles setores produtivos que funcionam com capitais de composição orgânica média.

Quantitativamente, a relação entre o valor e preço de produção se expressa por meio do câmbio da produtividade do trabalho e por conseguinte com o câmbio do valor, também com o câmbio do preço de produção.

Observa-se que a análise de Marx sobre o preço de mercado fixar-se a partir da oferta e demanda, tem como ponto de partida o fato daquele basear-se no mercado concorrencial, onde os capitalistas competem entre si, de maneira que nenhum possua ^{Ter} supremacia sobre o outro.

Desta forma, nestas condições de mercado concorrencial, os preços de mercado formam-se segundo a ^{la} correção entre a oferta e demanda, sem interferência predominante dos compradores ou vendedores isoladamente.

CAPITULO II

APLICAÇÃO DO CAPITAL COMERCIAL NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO BRASIL.

II.1 - AS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.

O sistema de comercialização consiste num conjunto complexo de instituições e relações com a finalidade de conduzir os produtos agrícolas das unidades produtoras para os centros consumidores, compondo desta forma um dos elementos fundamentais da articulação da cidade com o campo.

A comercialização nas economias desenvolvidas, encontra-se integrada à esfera produtiva representando assim um momento dentro do processo global da reprodução e acumulação do capital.

Pem-se que nestas economias a comercialização é altamente capitalizada, e em amplos segmentos dominados por empresas comerciais oligopolísticas.

Nas economias atrasadas, onde as relações de mercado capitalista não se encontram desenvolvidas existem alguns setores organizados de uma forma não capitalista.

Estas economias possuem um núcleo urbano-industrial capaz de funcionar como um pólo dinâmico que exerce uma dominação sobre os setores não-capitalistas.

O capital comercial atua com uma relativa independência em relação ao capital produtivo industrial, na sua função de articular o setor agrícola, organizado de forma não-capitalista, ao setor urbano-industrial, e capital comercial apropria-se de um excedente agrícola, o qual é injetado no circuito de reprodução do capital urbano-industrial.

Este processo acontece através da crescente integração do mercado de unidades agrícolas voltadas para a subsistência.

Por outro ângulo, o capital produtivo tende a se constituir e concentrar nos centros urbanos, caracterizando-se como capital industrial, este não atua no setor agrícola apenas articula-se à agricultura indiretamente através do capital comercial.

Com a expansão do processo de acumulação urbano-industrial surge uma reorganização das relações de produção e ^{da} estrutura fundiária para atender as novas exigências. Ao mesmo tempo, um mercado interno amplo e unificado também passa a ser exigido. Nesta situação o capital comercial exerce a função de administrar a produção agrícola, atendendo as necessidades de reprodução do capital urbano-industrial.

A transição para uma agricultura de relações capitalistas plenamente desenvolvidas e integrada à indústria constituindo um sistema unificado e homogêneo, acontece a partir do momento em que há uma reorganização do sistema de comercialização.

Tem-se assim, que o capital industrial ingressa na produção agrícola tornando-se parte integrante do seu circuito reprodutivo, de mesmo tempo em que desarticula antigas relações, criando novas.

Esta transição a nível do Brasil tem início nos anos 50 coincidindo com o novo padrão de acumulação, o qual é caracterizado por uma estrutura industrial oligopolística transplantada dos países desenvolvidos.

A característica deste processo é o potencial de acumulação superior ao efetivamente realizável dentro dos limites do setor urbano-industrial.

Desta forma, juntamente as exigências de concentração de renda pessoal, para haver uma expansão da demanda de bens de consumo duráveis, novas fontes de acumulação necessitam serem abertas, principalmente ligadas ao setor agrícola. Desta forma são criados ramos produtivos voltados para agricultura.

Observa-se desta maneira que segmentos do setor agrícola passam a receber influxos de capital urbano industrial, através da intermediação do Estado.

As novas frentes tornam-se possíveis por meio de um conjunto de medidas de políticas econômicas, e crédito subsidiado, e qual atrai investidores nos setores.

O que se tem é que este processo de assimilação da agricultura pela acumulação de capital não acontece de maneira homogênea em todo país, deixando amplas áreas agrícolas sem transformação, e recriando em outras áreas relações arcaicas.

A assimilação do setor agrícola como um sub-setor da indústria acontece através da concentração vertical de capital. Com esta verticalização a comercialização diminui ou elimina o número de intermediários, atingindo uma completa integração vertical agro-industrial.

Esta verticalização acontece por meio de três vias. A primeira, o capital industrial ^{estende} sua esfera de atuação até a comercialização, adquirindo os produtos agrícolas diretamente da agricultura.

A segunda via o capital comercial concentra-se altamente concentrado e especializado na comercialização, adquirindo os produtos diretamente de seus produtores, e os vendendo diretamente aos varejistas ou a indústria.

A terceira via, os produtores agrícolas, organizados como empresas capitalistas, que ^{estende} sua área de atuação à com-

ra de comercialização de maneira que retenha uma maior parcela de excedente.

1.1 - O sistema de comercialização nas áreas atrasadas

O que caracteriza as áreas atrasadas e distantes dos centros industriais é a existência de relações de produção não capitalista (parceria, arrendamento, etc.) combinadas e fundidas com relações monetárias e capitalistas, além do fato da atividade agrícola ser predominantemente para subsistência.

A vinculação com o mercado ocorre através dos agentes de capital comercial, onde estes submetem a massa de camponeses ou quase camponeses mediados ou não pelos grandes proprietários de terra apropriadores de renda fundiária, utilizando-se de vários mecanismos.

Devido à importância do crédito para a sobrevivência dos produtores no período entre safra, os agentes da comercialização adiantam mercadorias, tornando o produtor dependente, e qual é conduzido a vender sua produção antes do tempo, a preços baixos.

Dois faces representam a forma de subordinação das unidades produtivas de capital comercial.

O capital comercial para ^{canalizar} catalizar o excedente agrícola do setor urbano-industrial, tem que se utilizar de mecanismos primários de extração de excedente, o qual é possibilitado pelas relações tradicionais de subordinação. Portanto, as condições para extração de excedentes são a manutenção e o reforço das relações de produção não capitalistas.

Neste ponto de vista, o capital comercial constitui um obstáculo à modernização e à penetração de capital urbano-industrial no campo.

Ao mesmo tempo e contraditoriamente, a expansão do capital difunde as relações monetárias e capitalistas estimulando a integração das unidades produtivas do mercado.

Nesse sentido é possível a penetração do moderno capital urbano-industrial no setor, criando condições para a modernização das relações internas da produção das unidades produtivas.

Esta forma de comercialização predomina em algumas áreas agrícolas atrasadas, como o Nordeste, regiões distantes dos centros urbanos maiores ou de difícil acesso, às demais são :

- O Agreste do Nordeste brasileiro, cuja predominância é a policultura alimentar produzida por pequenas proprietários minifundistas.

- O interior do Maranhão, a região da Pré-Amazônia e Cacaís, e extremo norte de Goiás, com a produção de arroz e a coleta de babaçu por um campesinato ⁱintenerante.

- O Sertão Nordestino, os estados do Ceará e Pernambuco produtores de algodão, a presença marcante é a parceria.

A produção é [»]atenizada nestas áreas, espalhadas geograficamente e em pequena escala. além do fato destas unidades produtivas ^{reproduzirem uma grande parcela de sua subsistência e das} ~~vas reproduzirem uma grande parcela de sua subsistência e das~~ meios de produção, isto ocorre devido ao baixo padrão de vida e ^{rusticidade} a rusticidade das técnicas agrícolas.

Desta forma se tem que o sistema de comercialização obedece a cinco etapas que são :

1. A produção como é atenizada e esparsa é vendida pelos pequenos produtores a pequenos comerciantes das zonas rurais (boaqueiro, etc.), pequenos intermediários e feirantes, pequenos agentes compradores ou a proprietários de terra.

Estas transações ocorrem na zona rural, feiras ou distritos, onde o capital comercial atua em pequena escala, cuja função

é de concentrar a produção atenuada, e as relações de troca são confundidas muitas vezes com relações pessoais de dependência.

2. Com a concentração da produção, a mesma é vendida a comerciantes maiores e donos de armazéns atacadistas, geralmente estabelecidas nos centros produtores.

3. Os atacadistas dos centros de convergência compram a produção dos armazéns e usinas dos centros produtores.

4. Os atacadistas dos centros de convergência vendem o produto para os atacadistas dos centros consumidores.

5. Os atacadistas vendem os produtos aos varejistas dos centros consumidores.

Estas fases podem ser cumpridas não obrigatoriamente nesta ordem, podendo ser eliminado^a algumas.

A característica deste sistema de comercialização é a existência de um grande número de intermediárias e um número elevado de etapas. A necessidade da existência de intermediárias decorre do fato da produção encontrar-se atenuada.

O capital comercial também atenuado tem seu poder de barganha reduzida diante dos usineiros e dos donos de armazéns, os quais também possuem pouco poder de barganha diante dos grandes atacadistas dos centros consumidores.

Desta forma, se tem que o capital comercial retém pequena parcela do excedente agrícola, o qual é transferido em maior parte para os centros urbanos-industriais.

O preço pago ^{aos} dos pequenos produtores é comprimido de modo mínimo dado pelos requisitos de subsistência a reprodução da família. Este produtor encontra-se sujeito a uma relação de "obrigação" com os comerciantes e proprietários, como resultado da hipoteca de sua futura produção em troca de adiantamento de mercadorias essenciais a sua subsistência no período entre safra.
(de adiantamentos em dinheiro p/ comprar remédios, etc)

Desta forma se tem que o capital comercial de forma indireta administra a produção agrícola nas áreas atrasadas na agricultura brasileira.

1.2 - A comercialização agrícola nas áreas avançadas

A comercialização nas regiões onde o capital industrial penetra sofre profundas modificações. O caminho das transformações passa pelo processo de concentração do comércio agrícola, a qual varia suas formas dependendo da região. A partir deste ponto é que se pode analisar as mudanças na comercialização na Região Mogiana Paulista onde a concentração é resultado da atuação da agro-indústria, e na região colonial do Rio Grande do Sul onde a concentração da comercialização ocorre através das cooperativas que em instância posterior geram agro-indústrias.

Na Região Mogiana Paulista a concentração da comercialização na área de influência da agro-indústria de açúcar está ligada a concentração fundiária, a qual é originada pela maneira assumida pela comercialização do produto a um aspecto técnico da transformação da cana-de-açúcar, onde estas costumam situar-se próximas as áreas de produção tanto para baratear os gastos com transporte como para assegurar a alta produtividade quando da transformação de açúcar.

Para ingressar na produção de cana é necessário que o produtor seja usineiro ou fornecedor de usina, salvo os casos em que o agricultor plante cana para servir como alimento para os animais.

Nos casos dos fornecedores de usina, é estabelecido para os meses uma quota de fornecimento a uma ou mais usinas fornecedoras pelo IAA (Instituto de Açúcar e do Alcool) e é este quem fixa os preços que deve ser pago aos fornecedores pelos usineiros.

Você pesquisou lá? Então cite o autor

ros.

Desta forma, se tem que a integração com o complexo agro-industrial é extremamente atraente, pois é a partir desta integração que o usineiro adquire condições de controle de custos e lucros além da vantagem da própria integração.

Quando parte-se para se analisar o caso da soja e milho, observa-se um processo de oligopolização do comércio sob o comando do capital industrial.

As empresas multinacionais Anderson Clayton, SANBRA, CARGILL juntamente com duas ou três nacionais, entre as quais estão o complexo COMOVE - Brejeiro - Guabi, controlam cada vez mais a comercialização da soja.

No Rio Grande do Sul as cooperativas dominam o comércio do produto.

As cotações da soja no mercado internacional refletem nos preços internos. Os preços da soja refletem as condições de produção e as manobras especulativas tanto no Brasil como nos Estados Unidos.

Observa-se que as empresas nacionais controlam uma grande parcela da produção, mas mesmo assim estas empresas não possuem meios de influir nas cotações internacionais do produto, sendo as mesmas empresas tem importância na comercialização da soja no Brasil, fator este de grande importância na manipulação das cotações internacionais.

1.3 - A COMERCIALIZAÇÃO NA PARAÍBA

O sistema de comercialização na Paraíba, como a exemplo dos demais Estados da Região Nordeste, faz parte do sistema de comercialização das áreas atrasadas.

Viu-se que o que caracteriza as áreas atrasadas é a existência de relações de produção não capitalista como parceria, arrendamento e outros tipos de relações, combinadas com as relações monetárias e capitalistas, além de destacar o fato da agricultura ser de subsistência.

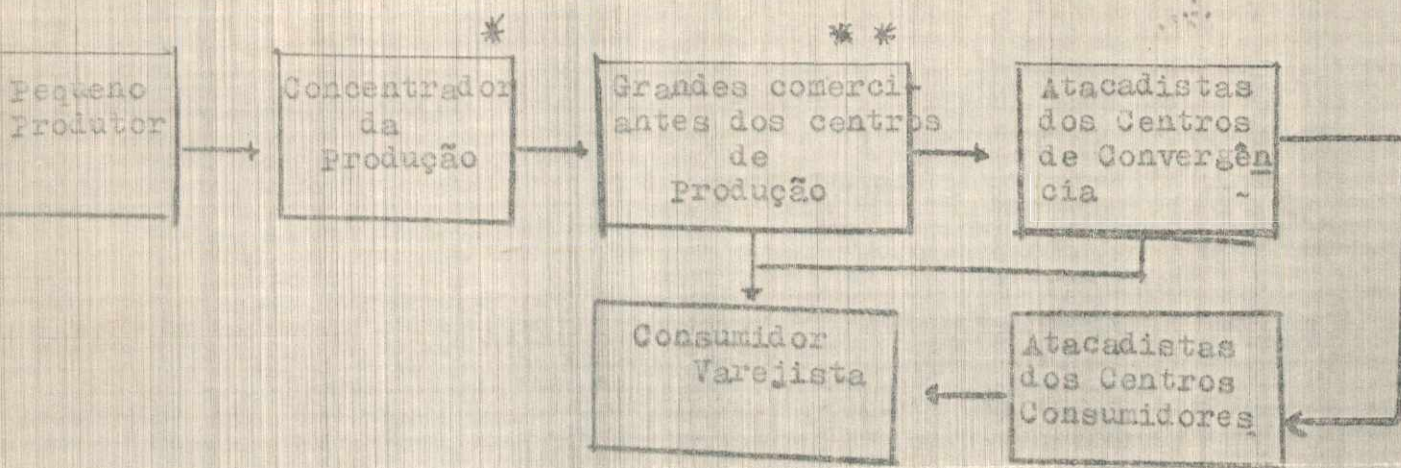
O que se percebe na Paraíba como nos demais Estados da Região é que a produção de um modo em geral encontra-se atomizada, e devido a isto surge a necessidade da existência de um grande número de intermediários, para efetuarem a distribuição da produção.

Desta maneira, tem-se como resultado deste grande número de intermediários a elevação do preço dos produtos, chegando estes a custarem 3 ou 4 vezes mais caro, para os consumidores do que caso fossem adquiridos diretamente dos centros produtores.

Na maioria dos casos, os produtos agrícolas chegam a passar por 3 ou 4 intermediários, até chegarem ao varejista, para assim serem vendidos aos consumidores.

Desta forma, se tem que o esquema de distribuição dos produtos agrícolas geralmente cumpre a seguinte seqüência, podendo às vezes serem eliminadas algumas etapas:

Esquema a seguir:



* bodegueiro
dono da terra
feirantes
agentes compradores

** dono de armazens
compradores comerciantes
caminhoneiros

Tem-se que o pequeno produtor vende a produção agrícola aos pequenos comerciantes (bodegueiros), pequenos intermediários (feirantes, etc), aos agentes compradores ou aos proprietários de terra, desta forma estes agentes exercem a função de concentrarem a produção avulsa.

Num segundo momento estes pequenos concentradores da produção vendem os produtos aos compradores comerciantes e donos de armazens atacadistas geralmente estabelecidos na sede dos municípios dos centros de produção.

Os atacadistas dos centros de convergencia compram os produtos dos centros de produção, e por sua vez vendem os mesmos para os atacadistas dos centros de consumo; os quais distribuem o produto aos varejistas.

Esta esquema é traçado de forma geral e tenta mostrar a forma predominante da comercialização agrícola.

Observa-se que, as feiras, constituem-se num elemento

importante dentro do processo de comercialização por coexistir e articular-se com os agentes descritos no esquema anterior.

A feira nos distritos é um local onde os pequenos produtores podem conduzir seus produtos e vendê-los aos concentradores da produção.

Da mesma forma, a feira semanal dos municípios de produção (como por exemplo Campina Grande, também considerada como centro de convergência, Rio Tinto e outras cidades) constitui-se num importante local onde os intermediários concentram-se para adquirir e venderem os produtos agrícolas.

Tomando-se como exemplo à feira de Campina Grande se tem que semanalmente além dos consumidores locais, dirigem-se aquela compradores - caminhoneiros que adquirem produtos agrícolas, com o objetivo de venderem estes aos atacadistas dos centros consumidores.

Observa-se que os produtores chegam às feiras com os preços elevados devido a presença de um grande número de intermediários. Tomando-se por exemplo os produtos procedentes de Lagoa Seca, para chegarem a feira central de Campina Grande passa muitas vezes por 2 ou 3 intermediários.

Em alguns casos os produtos, são vendidos pelos próprios produtores que trazem aqueles à feira central, custeando eles mesmos com o transporte. Em outros casos os produtos são adquiridos pelos intermediários, os quais conduzem a CEASA (Central Estadual de Abastecimento) para serem adquiridos pelos consumidores locais. Mas pode acontecer também destes intermediários conduzirem diretamente os produtos adquiridos à feira central para serem revendidos aos consumidores locais.

Observa-se que muitas vezes os pequenos produtores são obrigados a venderem seus produtos aos intermediários por preços

baixos, devido do fato aqueles não disporem de condições de custear o transporte de seus produtos até aos centros consumidores ou às feiras locais.

Nestas circunstâncias surge a questão : Não seria mais rentável aos produtores locais, caso estes dispusessem de um local que centralizasse a comercialização e garantisse melhores preços .

O objetivo deste estudo é obter a resposta desta questão através da realização deste trabalho. Para isto tomamos como objeto de estudo a Bolsa de Mercadorias da Paraíba, a qual está inserida no âmbito das Bolsas de Mercadorias em geral, cuja função básica é assegurar as mercadorias um mercado permanente, onde os produtores podem vender seus produtos a qualquer momento, o que por sua vez reduz o tempo de circulação do capital destes produtores.

De acordo com a afirmação de Hilferding :

" O comércio bursátil a termo cria um mercado permanente e acolhedor para as mercadorias escolhidas. Com isso, o fabricante ou importador pode vender a mercadoria a qualquer momento. Contudo, isso significa uma redução do tempo de circulação. significa a liberação de capital. Dessa forma, o comércio a termo reduz também o capital necessário para a circulação de mercadorias, ou seja, para as operações comerciais " ⁽¹⁾ . Desta forma, se tem que com a liberação de capital que utilizado na circulação das mercadorias, é possível empregar-se mais capital na produção. Com isso, ^{há} a um melhoramento na quantidade e qualidade dos produtos.

(1) Hilferding - O Capital Financeiro, Cap.IX pág. 157

1.4 - CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A conclusão que se pode ter, de acordo com o que foi exposto com relação às Formas de Comercialização na Agricultura Brasileira, é que se pode perceber nesta, a predominância de um grande número de intermediários, onde cada um tenta obter seu lucro comercial dentro do processo de comercialização de forma que o produto quando chega ao mercado tem seus preços muito elevados.

Observa-se também que, a presença de um grande número de intermediários prolonga o processo de realização da mais-valia do setor produtivo, de forma que quanto mais aumenta a intermediação, mais, mais-valia é dirigida ao setor comercial.

Desta maneira, se tem que a aplicação do capital comercial na situação brasileira distancia-se muito da situação concorrencial colocada por Marx, onde os preços de mercado são regulados pela oferta e demanda. Tem-se assim que para a situação brasileira pode-se pressupor um preço de mercado muito superior ao preço de produção.

Observa-se assim que, a função do capital comercial na agricultura brasileira, diferencia da função colocada por Marx onde para este aquele atua de maneira a acelerar o processo de realização da mais-valia do setor produtivo.

CAPITULO III

AS BOLSAS DE MERCADORIAS

III.1 - A Função da Bolsa de Mercadorias no Processo de Comercialização.

A comercialização das mercadorias com as Bolsas cria para as mesmas um mercado permanente de maneira que o fabricante pode vendê-las a qualquer momento, o que por sua vez significa uma redução do tempo de circulação do capital daqueles.

Fem-se que a presença das Bolsas de Mercadorias, asseguram aos produtores um local seguro e que garante aos mesmos bons preços para os produtos. Desta forma a medida que os produtores dispõem deste local onde os mesmos levam seus produtos para serem comercializados, torna-se dispensável a presença dos intermediários dentro do processo de comercialização.

Desta maneira se tem que uma das funções que as Bolsas de Mercadorias exercem dentro do processo de comercialização é de servir como mecanismo de diminuição de intermediários, pois de acordo com Hilferding, à medida em que aquelas surgem como um local onde os produtores podem conduzir seus produtos e comercializá-los a qualquer momento, existe a tendência por parte daqueles de preferirem a comercialização com aquele órgão.

Observa-se que a medida em que às Bolsas diminuem a presença dos intermediários no processo de comercialização contribuem de forma a realizar o processo de realização da mais-valia do produtor, conseqüentemente põem mais capital a disposição do setor produtivo, o qual tende a aumentar e diversificar a produção.

Uma outra função que as Bolsas de Mercadorias, exercem é no sentido de diminuir a especulação comercial evitando que os

comerciantes adquiram os produtos, quando estes encontram-se com preços baixos no mercado, retirando-os de circulação esperando um momento adequado para revendê-los a preços elevados.

As Bolsas de Mercadorias, segundo Hilferding, trabalham com o mercado a termo, o qual consiste no fato de poder comprar e vender para o momento seguinte.

Hilferding afirma que o comércio a termo, na medida do possível, compensa as oscilações procedentes da especulação, mas só o faz mediante as oscilações frequentes e pequenas causadas pela especulação. Essa especulação - completamente absurda no ponto de vista social torna-se necessária pelo fato de providenciar o volume necessário de participação de compradores e vendedores, de maneira a serem sempre comercializados as quantidades de mercadorias necessárias. Essa garantia contra as flutuações de preço aproxima o preço de mercado, ao preço de produção. Isto é, na medida em que não há oscilações entre oferta e demanda, existe a tendência do preço de mercado aproximar-se do preço de produção.

Tem-se que o comércio deseja o mercado a termo para os produtos em que o tempo de circulação for longo, a produção dispersa de difícil controle, seus resultados incosntantes e de difícil previsão, e por isso as oscilações da circulação dos preços são importantes e irregulares.

O comércio a termo concentra em um só local todo o negócio, e dá os ^{aos} atacadistas a preponderância sobre os comerciantes das localidades interioranas, os quais desaparecem gradativamente. Verifica-se que o comércio a termo é até certo ponto menos qualificado que o antigo comércio profissional, e através da participação do capital bancário é possível a participação de elementos mais fracos de capital. ?

Através do mercado a termo poupa-se capital de circulação para os produtores mediante a redução do tempo de circulação e redução do auto-seguro (fundos de reservas) contra as oscilações de preço, isso por sua vez fortalece o poder de capital das grandes empresas que desfrutam das vantagens do mercado a termo. O capital liberado dessa forma converte-se em capital de produção.

Hilferding afirma, que o mercado a termo é um meio para fazer o capital bancário participar no comércio de mercadorias, primeiramente mediante a concessão de créditos, sob a forma de hipoteca ou de reponte, mas o banco também pode participar na especulação com bastante segurança à medida que aproveita seu grande poder de capital e visão de mercado.

A conclusão que Hilferding chega, com relação a necessidade do mercado a termo decorre em três pontos :

- 1) O mercado a termo permite aos capitalistas, industriais e comerciantes produtivos a eliminação do tempo de circulação, garantindo-se com isso, contra as oscilações de preço durante o tempo de circulação e descarregá-los na especulação que tem de cumprir essa função específica.
- 2) O segundo ponto em que consiste a necessidade do mercado a termo e que este permite o desempenho de uma parcela das funções comerciais por meio do capital monetário (bancário), ao invés de fazê-lo por meio do capital comercial, obtendo-se por essa parte das operações o juro pela diferença, o juro industrial (lucro empresarial).
- 3) O terceiro e último ponto, é que o comércio a termo permite a transformação do capital monetário em capital comercial conservando o caráter de capital monetário o que se re-

laciona com o segundo ponto, e abre assim ao capital bancário a possibilidade de ampliar sua esfera de dominação no comércio e na indústria, bem como de conservar para uma parcela cada vez maior de capital produtivo o caráter de capital monetário que está a disposição do banco.

III.2 - A BOLSA DE MERCADORIAS DA PARAÍBA

Através da realização deste estudo, ^{Intencional} cabe-se analisar se a Bolsa de Mercadorias da Paraíba, dentro do processo de comercialização exerce a função exposta no item anterior, isto é se aquela realmente centraliza a comercialização da produção local, assegurando melhores preços dos produtos agrícolas dos produtores locais, e para tanto faz-se necessário verificar a atuação da Bolsa no que se refere aos objetivos propostos pela mesma.

Fem-se que a Bolsa de Mercadorias da Paraíba, quando de sua criação tinha como objetivo geral comercializar os produtos agrícolas e derivados passando posteriormente a padronizar e classificar os mesmos.

De acordo com seu fundador, Eivaldo de Sousa do Ó:

" A Bolsa de Mercadorias da Paraíba vem preencher uma lacuna na organização dos produtos primários da Paraíba. Ela promoverá o intercâmbio com o restante do Brasil e do mundo, incrementando a produção, o comércio e a indústria de produtos básicos da região nosdestina " ⁽¹⁾

A intensão ^g da fundação da Bolsa, em março de 1975, em Campina Grande era naquele momento criar condições para o resurgimento desta cidade como um entreposto comercial no interior do país, uma vez que a mesma fôra anteriormente o segundo mercado mundial de algodão perdendo apenas para Liverpool na Inglaterra.

Desta forma a Bolsa de Mercadorias da Paraíba, poderia ocupar um espaço no que se refere a organização da comercialização de produtos primários no Estado, promovendo a dinâmica do in-

(1) MOURA, Helder - O Futuro da Comercialização das Mercadorias esta na Bolsa - revista Fisco, 133 pág 64. 86

tercâmbio tanto a nível nacional como mundial. Podendo assim incrementar a produção, o comércio e a indústria de produtos básicos da região.

Os objetivos específicos, aos quais a Bolsa de Mercadorias da Paraíba propunha-se eram :

- a) Incrementar a produção e a comercialização
- b) Estabelecer e classificar os diversos produtos agrícolas.
- c) Organizar o mercado dos produtos agrícolas, e o registro dos seus custos e preço.
- d) Promover juntamente com a contribuição dos poderes públicos a intensificação da policultura, elaborando estatísticas de produção, consumo, estatares, cotações e fretes.

De acordo com o que foi exposto nos itens anteriores viu-se que, segundo Marx, com a presença do comerciante na aquisição de mercadorias de quem as produz torna-se possível a transformação mais rápida daquelas em dinheiro para estes, além do facto do capital-mercadoria completar mais rapidamente sua metamorfose do que caso fosse realizado pelo produtor.

Desta forma, a medida que o produtor, passa a exercer exclusivamente a atividade de produzir, há um aumento significativo na produção, uma vez que passa a ser atividade exclusiva dos comerciantes, conduzirem e comercializarem a produção no mercado.

Viu-se também que de acordo com Hilferding, o comércio das mercadorias com a Bolsa de Mercadorias, cria para as mesmas um mercado permanente para os produtos, que passam a dispor de um local seguro para comercializar seus produtos, na medida que

isto ocorre, elimina-se os intermediários.

Partindo-se deste posicionamento, se vê que os objetivos aos quais a Bolsa de Mercadorias da Paraíba se propõe, correspondem aquele, principalmente quando refere-se ao incentivo a policultura, pois se sabe que quando os produtores disoem de um local seguro e que proporcione bons preços para seus produtos, aquelles tendem a produzir mais e melhor, além de diversificar esta produção, e isto ocorre a partir do momento em que estes produtores passam a empregar mais tempo na produção.

Cabe ~~se~~ neste momento verificar, se no decorrer destes anos de funcionamento a Bolsa de Mercadorias vêm cumprindo com os objetivos propostos.

Tem-se que durante a pesquisa para a realização deste trabalho fez-se um levantamento sobre o funcionamento da Bolsa de Mercadorias, através do qual pode-se observar que este órgão não trabalha com o mercado a termo, o qual segundo Hilferding, consiste em poder comprar e vender para o momento seguinte, ou seja um produtor ou comerciante pode por exemplo vender ou comprar determinada produção que só será colhida 3 meses depois.

No que se refere a Bolsa de Mercadorias da Paraíba, os adquirentes desta, compram o produto e automaticamente, desde que estes custeem o frete, podem retirar os produtos dos armazéns da Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenagem), isto acontece pelo fato da Bolsa trabalhar com os entraves do Governo (como será exposto posteriormente), que quando são postos em leilão nos pregões daquele órgão, já encontram-se armazenados a disposição do mesmo.

Observa-se que no decorrer destes 15 anos de funcionamento a Bolsa de Mercadorias da Paraíba vêm assegurando os interesses de alguns grupos particulares (São Braz, Zébrax e Guimarães

Indústria de Alimentos, Vale do Jatobá e outros grupos empresariais deste e de outros Estados), quando na realidade deveria atender aos interesses da maioria dos produtores, já que a mesma propunha-se a garantir melhores preços para os mesmos: uma vez que eliminaria um grande número de intermediários, a partir do momento em que este órgão passasse a funcionar.

como
pode
avaliar
isto
dados?

O que ~~pode-se~~ observar foi que a Bolsa de Mercado - ria pouco ou quase nada fez em favor dos pequenos produtores locais, estes continuam entregando toda, ou quase toda a produção nas mãos dos intermediários. os quais continuam presentes dentro do processo de comercialização agrícola da Paraíba, (como já foi exposto anteriormente) mesmo depois da criação da Bolsa.

por que
eles
não
têm
acesso?

Vem-se que a produção local não passa pela Bolsa de Mercadorias, e para chegar ao mercado a mesma passa por vários intermediários, uma vez que encontra-se atomizada. Desta forma, devido a presença deste grande número de intermediários, os produtos chegam ao mercado com os preços elevados, onde aqueles tentam obter de cada transação de compra e venda seu lucro comercial.

Os produtos com os quais a Bolsa de Mercadorias comercializa são procedentes da CFP (Comissão de Financiamento da Produção), estes produtos correspondem aos estoques reguladores de mercado, os quais são postos à venda quando o mercado encontra-se desestabilizado.

quais?

Estes produtos comercializados pela Bolsa, postos a venda pela CFP, procedem de outros centros produtores do país como por exemplo Goiás e Paraná, os quais são responsáveis pela produção de milho. A CFP adquire estes produtos quando os preços dos mesmos encontram-se abaixo do preço mínimo, sendo desta forma mais vantajoso para os produtores vender aquele órgão.

1 mil...

Verifica-se que a CFP atua no processo de comercialização de duas maneiras :

1) Compra de excedentes, através do contrato AGF (Aquisição do Governo Federal), pelo qual são formados os estoques de segurança ou estratégicos, que devidamente manipulados visam as oscilações bruscas de preço.

2) Financiamento da comercialização EGF (Empréstimo do Governo Federal), que consiste num contrato de crédito que exige como garantia o penhor mercantil.

isto leva à perda de validade de EGF transformando-se em AGF?

Observa-se que os produtos da CFP, comercializados na Bolsa de Mercadorias, são adquiridos por grandes e médios comerciantes e criadores locais e de outros Estados, que quando não utilizam os produtos como ração, adquirem os mesmos utilizando-os como sub-produto para a produção de outros produtos.

Um exemplo disto é o da Empresa São Braz, a qual é a maior adquirente de milho, produto este empregado no processo produtivo de outros produtos como no caso do Vitamilho. Um outro exemplo é o do empresário Jatobá, que adquire produtos junto à Bolsa, para serem utilizados como ração.

quais? no milho

Muito embora estes sejam os adquirentes específicos da Bolsa, para os quais existe um critério seletivo, existe um outro tipo de adquirente que compra os produtos daquele órgão, são os comerciantes que adquirem aqueles para revendê-los a varejo. É o caso do Sr. Gilvan de Maria, comerciante proprietário de armazém de estivas na feira central, que adquire os produtos da Bolsa e os revende para os criadores locais.

qual?

qual ou quais os critérios?

Quando traça-se o perfil dos adquirentes da Bolsa, verifica-se que este é formado por grandes e médios empresários locais e de outros Estados, cujo o critério seletivo destes é feito de

Esclareça critério
acordo com o ramo que os mesmos atuam. Quando ^{se} trata-se de indus-
trias de ⁿação e alimento, o critério adotado é o número de má-
quinas e o faturamento da mesma.

No caso dos criadores o critério adotado pela Bolsa de Mercadorias, é o de conhecer o plantel disponível, seja este ovos, suínos, etc.

Tem-se por meio de consultas do Cadastro de Adquirentes da Bolsa de Mercadorias, foi possível a pesquisa de campo, através de aplicação de questionários aos adquirentes, pode-se constatar o motivo que conduzem aqueles a adquirirem os produtos junto a Bolsa. A Bolsa de Mercadorias trabalha com adquirentes de outros Estados, mas por motivo de conveniência foram consultadas adquirentes da Paraíba, particularmente os de Campina Grande.

maior relevância
A maioria dos adquirentes da Bolsa de Mercadorias, foi possível a pesquisa de campo, através de aplicação de questionários dos adquirentes, pôde-se constatar o motivo que conduzem aqueles a adquirirem os produtos junto a Bolsa. A Bolsa de Mercadorias trabalha com adquirentes de outros Estados, mas por motivo de conveniência foram consultados adquirentes da Paraíba, particularmente os de Campina Grande.

A maioria dos adquirentes, afirmaram que adquirem os produtos da Bolsa, pelo fato desta comercializar com produtos de qualidade, pela segurança do negócio, onde o adquirente tem a segurança da qualidade do produto que está comprando, e principalmente pelos preços.

Verifica-se que os preços pelos quais os produtos são comercializados na Bolsa, são estipulados pelo CPP, podendo ser vendidos por mais ou pelo próprio preço mínimo dependendo dos leilões feitos em pregão (*).

Os preços da Bolsa na maioria das vezes são mais acessíveis que os preços do mercado, mas isto para alguns adquirentes porque existe a questão do frete, o qual não é realizado por aquele órgão e sim pelos adquirentes.

O frete quando tratado a nível dos grandes adquirentes - como por exemplo a São Braz - não representa problemas, pois esta empresa encontra-se de tal forma estruturada que dispõe de meios de transportes para a locomoção dos produtos, dos armazéns da Cibrazem até o destino final.

Mas, quando tratamos dos pequenos adquirentes, a questão do frete não pode ser tratado desta forma, para estes o frete representa um problema, pois devido ao fato de não disporem de meios para locomoverem os produtos dos armazéns da Cibrazem, a diferença de preço no final da transação de compra e venda passa a quase não existir. (1)

Um exemplo que pôde ser constatado, durante a pesquisa feita junto aos adquirentes da Bolsa, foi a de um pequeno, suinocultor, o qual possuía um plantel de 80 porcos, que cadastrou-se junto a Bolsa, mas efetua apenas duas compras vindo posteriormente abandonar a criação. *que produto?*

De acordo com este adquirente a desvantagem que o mesmo encontrou na aquisição dos produtos da Bolsa, está no fato deste órgão não se responsabilizar pelo frete.

Para este adquirente, algumas vezes tornava-se muito mais caro adquirir os produtos da Bolsa, mesmo tendo esta os preços melhores, do que caso fosse adquirido diretamente do mercado.

O que pôde-se observar diante do que foi exposto a respeito da Bolsa, foi que este órgão tem atuado no decorrer destes anos

(*) "Anúncio feito em voz alta nas Bolsas de Valores, pelos corretores dos preços e condições de compra ou venda de ações. O termo se aplica, por extensão ao local da Bolsa onde se realiza essas atividades e se concretizam os negócios". (Jandroni Paula, Dicionário de Economia, Ed. Abril Cultural S. Paulo.)

(1) não sei se esta afirmação poder ser feita sem um estudo comparativo do preço mínimo / preço de mercado.

*faltam o
complemento*

?

Para este adquirente, algumas vezes tornava-se muito mais caro adquirir os produtos da Bolsa, mesmo tendo esta os preços melhores do que caso fosse adquirido diretamente do mercado.

O que pôde-se observar diante do que foi exposto a respeito da Bolsa, foi que este órgão tem atuado no decorrer destes anos como um instrumento de uma determinada parcela da Sociedade Capitalista. Os grandes empresários e comerciantes, em detrimento dos menos expressivos. Estes grandes empresários e comerciantes utilizam-se daquele órgão como meio através do qual estes tem assessorado seus interesses, é isto a Bolsa de Mercadorias faz a medida em que fornece-lhes produtos de boa qualidade a preços baixos, os quais quando não são utilizados como rações para as grandes criações, ou são empregados nos processos produtivos de grandes empresas, ou são adquiridos pelos comerciantes que os revende mais caro, extraindo assim desta forma seu lucro comercial.

Desta forma, se tem que o próprio processo de seleção de adquirentes da Bolsa é excludente, pois para tornar-se um adquirente deste órgão é necessário preencher alguns requisitos como foi exposto anteriormente, como tipo de criação, plantel (nº de animais, aves, etc), quantidade de máquinas, faturamento etc. Através disto torna-se claramente perceptível, por exemplo teve um pequeno criador como o Sr : Esmerino Hilário, suinocultor que, por não dispor de uma infra-estrutura, no que se refere, a meios de locomoção próprio para retirar os produtos da Cibrazem, e por não dispor de recursos para custear o transporte dos produtos, foi obrigado a retirar-se do quadro de adquirentes da Bolsa de Mercadorias da Paraíba.

C O N C L U S ã O

A Bolsa de Mercadorias da Paraíba, quando da sua criação foi considerada como um órgão que viria favorecer o processo de comercialização dos produtos agrícolas da Paraíba e de outros centros produtivos.

A partir do momento em que este órgão passasse a funcionar um novo quadro da comercialização agrícola iria estabelecer-se, pois a Bolsa propunha-se :

- Incrementar a produção e comercialização
- Estabelecer e classificar os produtos agrícolas
- Organizaria o mercado dos produtos agrícolas, além de elaborar o registro de custo e preços.
- Intensificaria a policultura.

Mas a realidade é que a Bolsa de Mercadorias, quase nada cumpriu no que se refere aos objetivos propostos como também ao que se refere as funções que aquele órgão teria que exercer como um cliente do processo de comercialização.

Observa-se que a Bolsa de Mercadoria da Paraíba, deveria atuar como as Bolsas de Mercadorias em Geral, no sentido de eliminar ou pelo menos diminuir o número de intermediários, dentro do processo de comercialização, além, também de tentar diminuir a especulação comercial e neste sentido agilizar mais o processo de realização da mais-valia, pois na medida em que se diminui o número de intermediários mais rapidamente realiza-se a mais-valia do produtor, pois mais rapidamente o capital-mercadoria deste, isto é sua produção transformar-se em dinheiro.

Além do fato de que com a entrada do capital-comercial

dentro do processo de comercialização dos produtos, passando a exercer exclusivamente esta função, que anteriormente também era exercida pelo produtor, passa a haver mais capital disponível para o setor produtivo o qual é empregado no processo produtivo, contribuindo assim para um aumento da produtividade como também a acumulação de capital produtivo.

É neste sentido que se percebe que a Bolsa de Mercadorias da Paraíba, quase nada fez no que se refere as funções que esta deveria exercer. Pois, se observa que mesmo depois da criação da Bolsa, permanece dentro do processo de comercialização da Paraíba, a figura do intermediário que continua comprando a produção a preços baixos e vendendo-a a preços muito elevados; isto acontece devido a presença de um grande número de intermediários, os quais passam a ser necessários para juntar a produção que encontra-se atomizada. Uma outra questão é que permanece a existência da especulação comercial, onde os indivíduos compram os produtos quando estes estão com preços baixos, para revendê-los posteriormente quando os preços estiverem altos, de forma a obterem lucros elevados.

O que pode-se constatar é que a produção local não passa pela Bolsa de Mercadorias, ficando desta forma os produtos sujeitos aos intermediários.

Observa-se pois, que a Bolsa, só trabalha com produtos procedentes da CFP, os quais são postos à venda nos leilões dos pregões daquele órgão, sendo arrematados pelos grandes empresários e comerciantes, os quais compõem o quadro de adquirentes da Bolsa, que adquirem os produtos junto a este órgão por serem estes mais barato do que no mercado.

Desta forma, estes adquirentes compram os produtos a preços baixos à Bolsa, para serem utilizados como ração pelos

grandes criadores, ou para serem empregados nos processos produtivos de outros produtos, ou ainda serem revendidos mais caros pelos comerciantes.

Observa-se assim, que a Bolsa no decorrer destes anos de funcionamento tem atuado como um instrumento da classe empresarial e comercial, que tem seus interesses garantidos por este órgão, à medida em que o mesmo assegura aqueles produtos de qualidade e a preços baixos.

B I B L I O G R A F I A

1. ANDREEV, N e KOVALIOVA, A. et alli - Economia Política Capitalismo - Editora Progresso, Moscou, 1977
2. BELLUZZO, Luis Gonzaga de Mello e GONÇALVES, Hélcio et alli - Comercialização e Formação de Preços (pesquisa) - vol I e II. Publicado pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
3. HILFBRDING, Rudolf - O Capital Financeiro - Série Os Economistas, Editora Abril Cultural, 2ª Edição. São Paulo 1986.
4. MARX, Karl - O Capital Vol. IV , Livro III. Série Os Economistas, Editora Abril Cultural. 2ª Edição, São Paulo, 1986.
5. MOURA, Helder - O Futuro da Comercialização das Mercadorias está na Bolsa - Revista Fisco, nº 133, 1986.
6. NAKANO, Yoshaki - Formas de Comercialização da Agricultura Brasileira - Texto extraído da pesquisa sobre Comercialização e Formação de Preços, publicado pela UNICAMP.
7. PRADO, Joaquim de Almeida - Organização e Funcionamento das Bolsas - Extraído da Separata do Anais do Simpósio sobre Comercialização de Grãos e Derivados, Associação Brasileira de Bolsas de Mercadorias e Cereais.
8. SANDROCKI, Paulo - Dicionário de Economia - Editora Abril Cultural, São Paulo, 1985

9. SILVA, José Graziano - A Modernização Dolorosa - Zahar Editores - Rio de Janeiro, 1982.
10. SORJ, Bernardo - Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira - Zahar, Rio de Janeiro, 1980.